A RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR ONEROSIDADE EXCESSIVA DIANTE DO CASO FORTUITO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

RESUMO: O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa em andamento. **Tema:** A resolução contratual por onerosidade excessiva e a aplicação do caso fortuito no âmbito do Direito das Obrigações, tratando-se de um instituto jurídico essencial que visa equilibrar as relações contratuais diante de eventos supervenientes e imprevisíveis. **Justificativa:** A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade constante de adequação e mitigação do princípio clássico do *pacta sunt servanda* frente a crises globais contemporâneas, desastres climáticos severos e instabilidades econômicas extremas, fenômenos que afetam diretamente a capacidade de cumprimento das obrigações pactuadas pelas partes e geram um evidente enriquecimento sem causa para um dos contratantes. **Objetivo:** O objetivo geral desta pesquisa é analisar com profundidade os critérios legais e doutrinários necessários para a revisão ou a extinção dos contratos civis quando a prestação de uma das partes se torna excessivamente onerosa devido a eventos de força maior ou caso fortuito. **Metodologia:** Para a consecução deste objetivo, utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica e documental, com abordagem teórica e análise qualitativa da legislação vigente, especificamente os artigos 478 a 480 do Código Civil brasileiro, além do exame de jurisprudências correlatas e acórdãos dos tribunais superiores. **Resultados parciais:** Os resultados preliminares apontam que o Poder Judiciário tem adotado uma postura cautelosa na aplicação do instituto, exigindo a comprovação da imprevisibilidade do evento e do nexo de causalidade direto com o desequilíbrio financeiro para autorizar a intervenção estatal nos contratos particulares. **Conclusão:** Conclui-se, até o presente estágio da pesquisa, que a resolução contratual por onerosidade excessiva constitui um importante mecanismo de justiça contratual, permitindo a relativização do *pacta sunt servanda* em situações excepcionais, preservando a boa-fé objetiva, a função social do contrato e o equilíbrio das relações obrigacionais diante de eventos imprevisíveis, evidenciando o alcance dos objetivos propostos.

Palavras-chave: Direito das Obrigações. Onerosidade Excessiva. Caso Fortuito. Revisão Contratual. Código Civil.